

País corre o risco de nova recessão

CRISTINA ALVES

Se o brasileiro suporta dois períodos de recessão numa mesma década, não se sabe. Mas há fortes indícios de que isso começa a acontecer, entendem os economistas. Mesmo que a inflação brasileira baixe, não há garantias de que o País estará livre de enfrentar — pela segunda vez em menos de seis anos — uma nova recessão. Quer dizer, o poder de compra dos salários despenca, o consumo se reduz de forma drástica, muitas fábricas fecham as suas portas e o desemprego aumenta.

Apesar de os números oficiais ainda não terem sido divulgados, sabe-se que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) foi bem próximo de zero, indicando estagnação econômica em 1988. Para este ano, as previsões dos economistas é de que o PIB pode ter uma redução. Somente se a safra agrícola for mesmo tão excelente quanto o Governo espera, existirá a possibilidade de que a economia venha a crescer 1%, afirma o Gerente do Departamento de Planejamento do BNDES e Professor da PUC-RJ, economista Sergio Besserman Vianna.

A última revisão dos "Cenários para o ano 2000", do BNDES, feita em outubro último, já indicava que o País estava entrando em visível processo recessivo, indicado pela queda nas vendas no comércio lojista e na produção industrial. Besserman Vianna não tem dúvidas de que, até o final de março, o Governo Sarney estará enfrentando os mais sérios desafios ao Plano Cruzado Novo.

No seu entender, um dos maiores desafios do Governo é reduzir as taxas de juros, que aumentam a necessidade de financiamento do setor público. E explica:

— Estudos comprovam que, a cada dez pontos percentuais de elevação da taxa de juros no mercado financeiro, se aumenta em 1% do PIB, ou US\$ 3,8 bilhões, a necessidade de se financiar o setor público. Atualmente, existem cerca de US\$ 40 bilhões em títulos públicos em poder do setor privado. Se os juros não baixam, os encargos dessa dívida podem se tornar insuportáveis — afirma o economista.

Para Sergio Besserman Vianna, os efeitos recessivos do Plano Cruzado Novo devem começar a ser sentidos ainda neste primeiro semestre do ano. Pela sua análise, praticamente todos os indicadores do nível de atividade econômica estão dando sinais desanimadores. O primeiro deles é o consumo, que, no seu entender, deve continuar a cair, mesmo que se diminua o ritmo de aceleração da inflação.

O segundo ponto é o investimento. Apesar do recente anúncio do Governo, de que as estatais vão investir 15% a mais de que em 1988, o investimento privado não deve ter aumento, já que não há confiança geral no Plano. Quanto ao terceiro indicador da atividade econômica, que diz respeito às trocas comerciais, os cenários não são dos melhores, afirma Besserman Vianna. A tendência é que o País repita o desempenho da balança comercial do ano passado, quando o superávit comercial bateu

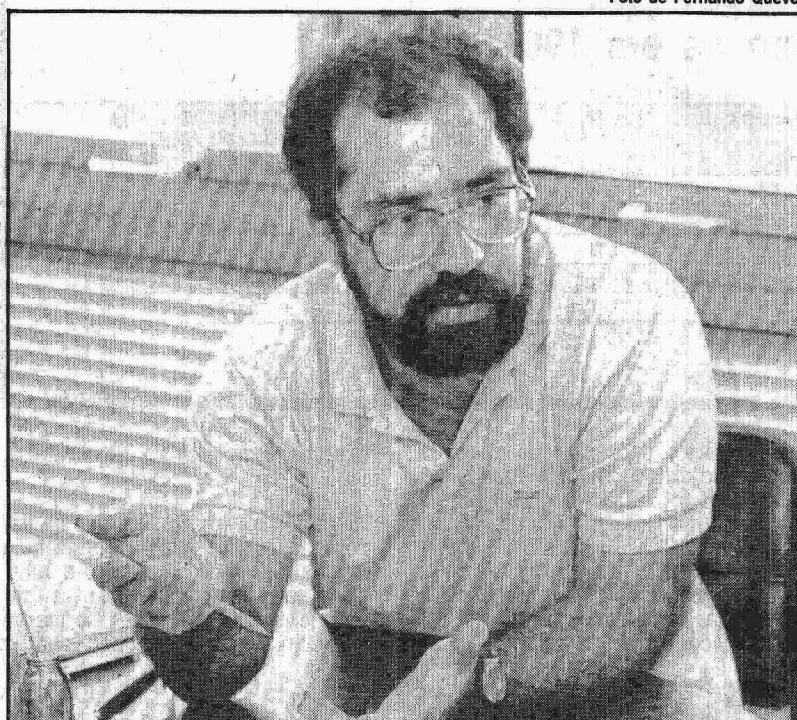


Foto de Fernando Quevedo

Besserman: única saída para evitar a recessão é uma safra agrícola excelente

os US\$ 19 bilhões.

Besserman Vianna lembra ainda que, no intuito de manter um bom resultado na balança comercial, o Governo deverá retomar, em breve, o processo de minidesvalorizações da moeda. Nos primeiros dias do ano, o câmbio havia sido desvalorizado em 12% para acompanhar a inflação. Com o lançamento do Plano Cruzado Novo, foi feita uma midides-

valorização de 17%. Com isso, o câmbio já sofreu um ajuste de 31% em relação ao dólar este ano, mas como esta taxa está abaixo da inflação de janeiro — 35,48% —, é provável que o Governo volte a promover desvalorizações entre 8% e 10% no câmbio, para acompanhar a inflação do período. Besserman Vianna garante:

— Se o Governo, ao final de dois meses, não conseguir equilibrar suas

contas e encontrar uma saída para baixar as taxas de juros, vamos ter uma recessão e, aí, será preciso cortar na carne, não bastando eliminar os vários tipos de incentivos.

O quarto indicador do nível de atividade econômica é o déficit público. Se for efetivamente cortado, isto representaria uma economia de 1,5% do PIB (cerca de US\$ 6 bilhões), o que não é suficiente para se evitar a recessão, mas pode torná-la mais suave de que a dos anos 1982/83.

— Pode parecer difícil compreender, mas é indispensável que o Governo saiba extrair o lado bom da recessão. Temos pavor à recessão porque ela nunca nos deu coisa alguma de bom. O Estado sempre socorreu as ineficiências em tempos de crise. Agora, será a hora de cortar essas ineficiências, vai ser a lição da recessão. É a hora da opção para não se cortar nos investimentos — afirma.

Para o Gerente do Deplan-BNDES, é indispensável monitorar de perto essa recessão, sem deixar que a redução no nível de atividade provoque uma queda brutal na arrecadação de impostos e deixe o Governo encurralado. Mais tarde, a alternativa para sair da recessão seria mudar as regras do crédito, iniciar o descongelamento até março e tentar impedir uma achatamento brutal dos salários dos funcionários públicos da administração direta, que correspondem a 30% da massa salarial do País. Se esses salários perdem, acentuadamente, seu poder de compra, o impacto recessivo é muito maior, alerta o economista do BNDES.